Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Lula vai ganhar tempo

Antes de autorizar qualquer pesquisa de petróleo na foz do Rio Amazonas, Lula vai conversar com a direção da Petrobras, com o Ministério dos Povos Indígenas e quem mais for necessário para saber tudo sobre os estudos de impacto ambiental e social. Se as coisas estiverem OK, o governo dará carta branca. Mas, até saírem os estudos, nada será autorizado.

Caixa é tudo

Atrás dos biombos das negociações, no PL, para a indicação de candidatos a prefeito de capitais, está a necessidade de controle dos recursos que irão abastecer as campanhas. Nesse sentido, Valdemar Costa Neto está disposto a deixar claro que a cabeça de chapa tem que ser do partido.

Até no Rio de Janeiro

Como o leitor da coluna sabe há tempos, o presidente Jair Bolsonaro quer colocar seus amigos como candidatos em várias capitais. No Rio de Janeiro, com a saída do senador Flávio Bolsonaro da disputa, a ideia do PL é Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil que concorreu à Vice-Presidência na chapa de Bolsonaro.

Tem jogo

Braga Netto foi interventor na área de segurança no Rio de Janeiro e, assim, angariou uma popularidade de fazer inveja a muitos políticos. Há alguns meses, não admitia sequer conversar sobre uma candidatura. Recentemente, disse a um aliado que, se for missão, ele aceita. Cláudio Castro, que vem a Brasília esta semana, pode até preferir o seu secretário Dr. Luizinho, mas essa decisão vai ficar para se tomada mais à frente.

Ou assume ou "empodera"

Com o momento de decisão bem próximo, seja para o arcabouço fiscal, seja para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e outros projetos que o governo deseja, os parlamentares avaliam que é preciso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicar a todos quem fala por ele. Até aqui, por mais que os parlamentares enxerguem nos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e no da Articulação Política, Alexandre Padilha, os detentores de tal prerrogativa, isso ainda não está totalmente claro.

No governo Lula 1, essa tarefa era de Antonio Palocci e José Dirceu. Depois, com a saída de Dirceu, Márcio Thomaz Bastos, já falecido, assumiu esse papel. Neste Lula 3, ninguém tem carta branca. E com as viagens presidenciais intensas, ele assume ou passa a bola para seus ministros.



CURTIDAS

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Confusão, nem vem/ O deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP, **foto**) abriu mão de participar da CPMI do 8 de janeiro. Ele prefere focar nas articulações de bastidores para auxiliar a aprovação de propostas de interesse do governo.

Movimentos.../ Com as CPIs entrando em campo e o arcabouço fiscal prestes a ser votado, o PL traz todos os seus dirigentes regionais para uma megarreunião, amanhã, em Brasília.

... para atrair candidatos/ Michelle Bolsonaro vai aproveitar para começar uma campanha de filiação no partido, com o slogan "Mulheres que fazem acontecer". Valdemar Costa Neto, por sua vez, está mais empenhado em atrair prefeitos.

O dinheiro continua lá/ Até aqui, patrocinadores da La Liga não moveram seus milhões de euros. Puma, Microsoft, Panini (o grupo das figurinhas) e EA Sports praticamente fizeram "cara de paisagem" para os ataques racistas sofridos pelo craque Vini Jr. O Santander soltou nota de repúdio. Lembra a muitos os tempos em que as empresas acusadas pela Lava-Jato divulgavam notas condenando casos de corrupção.

GOVERNO

6 mil vagas no Mais Médicos

Inscrições para o programa, que oferece várias vantagens ao longo de 4 anos, começam nesta sexta-feira

» VICTOR CORREIA

O Ministério da Saúde lançou, ontem, o edital para o novo programa Mais Médicos, no qual serão abertas 5.970 vagas, distribuídas por 1.994 municípios e que, preferencialmente, devem ser ocupadas por preferencialmente por profissionais de saúde brasileiros ou formados no Brasil. As inscrições serão abertas na sexta-feira e vão até 31 de maio. O edital foi publicado na edição de ontem do *Diário Oficial da União (DOU)*.

O novo desenho do programa traz algumas mudanças em relação à versão anterior. Tais como o aumento do tempo de atuação de três para quatro anos; licenças maternidade e paternidade; e incentivos para os profissionais que atuarem em áreas de vulnerabilidade e para aqueles que permanecerem no Mais Médicos por mais de um ano (para formados pelo Fies) ou três anos (para os demais).

Outra novidade do programa está a possibilidade de seus integrantes realizarem especialização em Medicina de Família e Comunidade e mestrado em Saúde da Família. Já a licença-maternidade inclui, por seis meses, o recebimento da bolsa para completar o auxílio do INSS e o mesmo vale para licença-paternidade — mas, nesse caso, apenas por 20 dias.

O ministério estima que os selecionados começarão a trabalhar a partir do próximo mês. Aproximadamente 45% das vagas foram destinadas a regiões de vulnerabilidade e mil delas foram abertas para a Amazônia Legal. Médicos que decidirem seguir para essas áreas receberão um percentual a mais, que poderá alcançar, em um período de quatro anos, de R$ 238 mil a R$ 475 mil — no caso de formados pelo Fies — e de R$ 60 mil a R$ 120 mil — para os demais participantes —, a depender da situação de pobreza do município. Para receber o benefício cheio, porém, é preciso completar os 48 meses de contrato.

As novas vagas se somam aos oito mil profissionais de saúde que participam do programa atualmente. O governo estima que, até o fim do ano, o Mais Médicos alcançará em torno de 28 mil profissionais integrantes em todas as regiões do país.

1.994
MUNICÍPIOS
serão atendidos pela nova leva de profissionais da saúde que participarem do programa. Quem tiver obtido o diploma com ajuda do Fies receberá mais facilidades

Nísia adverte que novas crises virão

Ao discursar ontem na 76ª Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS), em Genebra, na Suíça, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, alertou que os países precisam de sistemas de saúde mais preparados para lidar "com as emergências que virão" — tais como a pandemia da covid-19, que matou pouco mais de 702 mil pessoas no Brasil, e os impactos das mudanças climáticas. Ela também defendeu a cooperação em tecnologia entre os países e a descentralização da produção de insumos, como vacinas.

"É imperioso, neste momento, aprendermos lições de uma pandemia que deixou seis milhões de mortos, mais de 700 mil no Brasil, com grave impacto nos sistemas de saúde, na saúde mental, na economia e no tecido social. Precisaremos de sistemas nacionais de saúde mais preparados para as emergências que virão", salientou.

A afirmação de Nísia fez coro com a do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, que na abertura do evento — que é realizado anualmente e define as políticas a serem adotadas pelo órgão no ano seguinte — advertiu que as nações devem se preparar para a próxima pandemia.

A ministra salientou, ainda, que já se passou metade do tempo para que os países cumpram a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2023 e que "estamos em um mundo em situação pior do que antes da pandemia da covid-19". Ela destacou, também, que a cooperação e descentralização da produção de medicamentos e vacinas é essencial para reduzir a desigualdade no acesso à saúde.

"Desigualdade faz mal à saúde", cobrou, aproveitando para reforçar o pedido para a criação de uma resolução, por parte da OMS, para a saúde dos povos indígenas.

Ascom/MS



Ministra (no telão) fala à assembleia da OMS e pede mais cooperação mundial no desenvolvimento de fármacos

No caso da relação do Brasil com o órgão das Nações Unidas, Nísia procurou traçar uma linha divisória entre o atual governo e o anterior — durante a presidência de Jair Bolsonaro, a OMS criticou a gestão do Ministério da Saúde, que manteve um relacionamento conflituoso com a organização.

"Quero também dizer que o Brasil está de volta, o que significa a retomada de nossa agenda em defesa da equidade em saúde, da cultura da paz e do multilateralismo, fundamentais neste tempo", afirmou a ministra. **(VC)**

APEX-BRASIL

Justiça anula a posse de Viana por não falar inglês

A Justiça Federal anulou, ontem, a posse do atual presidente da Apex-Brasil, Jorge Viana. A decisão é da juíza substituta da 5ª Seção Judiciária do Distrito Federal, Diana Wanderlei. O motivo é que ele não é fluente em inglês, algo que é considerado requisito mínimo para ocupação do cargo.

O ex-governador do Acre e ex-senador foi nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 3 de janeiro. Aproximadamente três meses depois, ele atuou para mudar o regramento interno que impunha a fluência em inglês e, dessa maneira, "legalizar" sua nomeação. Conseguiu isso em 22 de março.

A ação judicial foi movida pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Na decisão, a juíza deu prazo para Viana apresentar um diploma de proficiência em inglês ou mesmo um vídeo em que apareça falando a língua estrangeira.

"Em se tratando da Apex-Brasil, o objetivo primeiro da instituição, como visto, é promover a execução de políticas de promoção de exportações, o que, por óbvio, acontece no âmbito das relações internacionais. (...) Torna-se de fundamental importância para a estrutura executiva o conhecimento da *língua mater* dos negócios empresariais internacionais", salientou a magistrada na decisão.

Diana ressaltou que os cargos de presidência e da diretoria da Apex não são de natureza política. A Advocacia Geral da União (AGU) recorrerá da decisão.

O governo Bolsonaro passou constrangimento semelhante, quando Alecxandro Pinho Carreiro ocupou o mesmo posto também sem ser proficiente em inglês. Ele se demitiu uma semana depois de assumir.